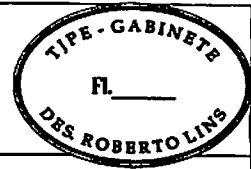




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

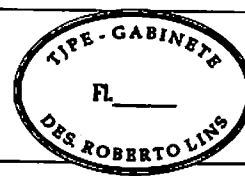


Habeas Corpus n.º 330644-7 – Vara Única da Comarca de Afrânio

Impetrante (s): Marcos Antonio de Barros Júnior
Paciente: Risoneide Arruda da Silva
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Andrea Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/06). ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO-ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO SUPERADA PELO ENCERRAMENTO ULTERIOR DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. TRÂMITE PROCESSUAL DENTRO DA RAZOABILIDADE ANTES E DEPOIS DO TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DA PACIENTE. ACOLHIMENTO. PRISÃO DECRETADA COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONSUBSTANCIADA EM INDÍCIOS DE REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA COMPLETA DE QUALQUER COMPROVAÇÃO OU MESMO INDÍCIO DE REITERAÇÃO DELITIVA DA PACIENTE. CONDUTA DELITIVA DESPROVIDA DE CIRCUNSTÂNCIAS QUE ULTRAPASSEM A DESCRIÇÃO DO TIPO PENAL. VERIFICAÇÃO, *PRIMA FACIE*, DE BOAS CONDIÇÕES PESSOAIS. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA, MEDIANTE TERMO DE COMPARECIMENTO A TODOS OS ATOS DO PROCESSO E SEM PREJUÍZO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES QUE O JUÍZO *A QUO* ENTENDA CABÍVEIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DA BENESSE AO COACUSADO, FACE À DEMONSTRAÇÃO DE SUA REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Considerando a notícia do ulterior encerramento da instrução criminal, com a apresentação das primeiras Alegações finais, é de se concluir pela superação da matéria relativa ao eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo da citada fase processual, nos termos da Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Outrossim, constata-se que o trâmite processual da ação penal catalisadora deste writ vem se situando dentro do sítio da razoabilidade, antes e depois do término da instrução criminal, sem registro de atrasos injustificados e a superação das dificuldades inerentes à oitiva da paciente em outra comarca.
3. Apesar de ter a autoridade impetrada indicado estar a custódia preventiva da paciente justificada pela garantia da ordem pública, consubstanciada na alegada existência de indícios de reiteração delitiva da paciente e do coacusado, é de se constatar, em verdade, que inexistem, nestes autos, qualquer comprovação ou mesmo mero indício de que aquela já tenha praticado outros delitos.
4. Por outro lado, depreende-se da peça acusatória que a conduta imputada à paciente corresponde à detenção, juntamente com seu companheiro, de 24 (vinte e quatro) “trouxinhas” de maconha, perfazendo um total aproximado de





Habeas Corpus n.º 330644-7 – Vara Única da Comarca de Afrânio

Impetrante (s): Marcos Antonio de Barros Júnior
Paciente: Risoneide Arruda da Silva
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador (a): Andrea Karla Maranhão Condé Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Marcos Antonio de Barros Júnior, advogado, através da preambular de fls. 02 a 29, em favor de Risoneide Arruda da Silva, apontando como autoridade coatora o Juiz da Vara Única da Comarca de Afrânio.

Aduz o impetrante que a paciente foi presa em flagrante no dia 28/08/2013, em razão da imputação de ter se associado ao coacusado Fábio Pereira da Silva para traficar substância que sabia ser ilícita, incorrendo, assim, em tese, nos tipos penais dos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006.

Argumenta, em primeiro plano, que a paciente está a sofrer constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, tendo em vista que aquele se encontra presa há mais de 180 (cento e oitenta) dias, sem que houvesse sido concluída ou existisse previsão para o término da instrução criminal.

Assevera, em seguida, que a sua prisão preventiva seria desnecessária e careceria da devida fundamentação, eis que fora ela decretada com base em meras pressuposições e ilações abstratas, e não em circunstâncias concretamente apuradas.

Mais adiante, afirma que a paciente goza de boas condições pessoais, de forma que faz jus à concessão da liberdade provisória.

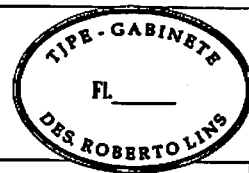
Pede, ao final, a concessão da ordem, com a revogação da prisão preventiva da paciente e a consequente expedição de alvará de soltura em favor desta.

Indeferido o pleito de liminar (fl. 190), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 202/204, clarificando, de início, que a paciente foi denunciada como incurso nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06 em razão de ter sido flagrada quando atirou uma sacola plástica contendo 24 (vinte e quatro) "trouxinhas" de maconha e outra sacola com a mesma substância.

Esclarece, em seguida, que, logo após a sua prisão em flagrante, a paciente postulou a revogação da citada custódia, a qual foi negada, em razão de existirem indícios de reiteração delitiva por parte daquela e do coacusado, seu companheiro, tendo sido a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Por fim, afirma que a audiência de instrução e julgamento foi realizada em 23/12/2013 e que o processo encontra-se aguardando a apresentação do laudo definitivo da substância apreendida para a posterior apresentação de alegações finais pelas partes.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 208/210v, opinando no sentido da concessão da ordem, por entender que, muito embora inexista o apontado excesso de prazo da instrução criminal, a prisão



Habeas Corpus n.º 330644-7 – Vara Única da Comarca de Afrânio

preventiva da paciente não restou devidamente fundamentada em elementos concretos e comprovados, estando, inclusive, a sua conduta delitiva desprovida de maior gravidade.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

No tocante à alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal, tenho que não merece acolhida.

Isso porque, diferentemente dos fazem crer as alegações do impetrante, a última audiência de instrução e julgamento, visando a oitiva das testemunhas de acusação, já foi devidamente realizada no juízo deprecado, tendo sido, inclusive, devolvida e juntada aos autos a pertinente carta precatória, consoante se depreende de consulta ao Sistema de acompanhamento processual deste Tribunal.

Por outro lado, em que pese ainda não ter sido concluída a instrução criminal quando do oferecimento de informações pela autoridade impetrada (06/05/2014), eis que pendente a apresentação do laudo definitivo da substância apreendida, verifico que, na presente data, já foi apresentado o citado laudo e concluída a aludida fase processual, tendo sido, inclusive, ofertadas as primeiras Alegações finais em 20/05/2014, conforme também se pode extrair de consulta ao Sistema de acompanhamento processual desta Corte.

Logo, verifico ter se encerrado a instrução criminal, de sorte que o alegado excesso de prazo, ainda que existisse (o que, ressalte-se, não é o caso), é matéria superada, nos termos da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça¹.

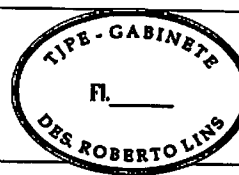
Por outro lado, ainda que a aludida matéria ainda fosse passível de impugnação, tem-se que ação penal catalisadora deste *writ* tramitou dentro do sítio da razoabilidade ao longo do período de encarceramento cautelar da paciente, considerando, sobretudo a ausência de atrasos injustificados e as dificuldades, já superadas, para a oitiva da paciente em outra comarca, através de precatória, como bem salientou a Douta Procuradoria de Justiça em seu Parecer.

Outrossim, finda a instrução criminal, o processo continua tramitando em ritmo estritamente regular, com a já mencionada apresentação das primeiras Alegações finais.

Assim, diante da relatada situação processual, e, especialmente, da notícia do fim da instrução criminal, concluo pelo trâmite perfeitamente regular da ação penal em comento, pelo que inexistente, nestes autos, qualquer excesso de prazo passível de configurar constrangimento ilegal.

Quanto à alegação de indevida fundamentação da prisão preventiva da paciente, tenho que merece ser concedida a presente ordem.

¹ "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".



Habeas Corpus n.º 330644-7 – Vara Única da Comarca de Afrânio

Isso porque observo, de plano, que os motivos indicados pela autoridade impetrada no decreto prisional transladado às fl. 86 e no *decisum* confirmatório de fl. 168 não são suficientes para fundamentar a custódia preventiva da paciente.

A propósito, apesar de ter a autoridade impetrada indicado estar a referida custódia justificada pela garantia da ordem pública, consubstanciada na alegada existência de indícios de reiteração delitiva da paciente e do coacusado, verifico, em verdade, que **inexiste, nos autos, qualquer comprovação ou mesmo mero indício de que aquela já tenha praticado outros delitos.**

Do contrário, observo que sua certidão de antecedentes criminais, transladada às fls. 72 e 153 e anexada pelo *Parquet* em sua manifestação, não indica sequer uma ação penal tramitando em seu desfavor.

Outrossim, em seu interrogatório prestado em sede inquisitorial, aquela também não dá conta de que tenha praticado outras infrações (fls. 42/43), o que foi corroborado pelo interrogatório de seu companheiro e coacusado (fls. 44/45).

Logo, é forçoso reconhecer que, além de ser a paciente primária, **inexiste qualquer dado que permita concluir pela sua reiteração delitiva.**

Por via de consequência, em que pese possibilidade, em tese, de utilização da reiteração delitiva como critério para a aferição da ameaça à ordem pública, tenho que tal circunstância não se faz presente do caso concreto, restando infundada a prisão preventiva da paciente.

Por outro lado, depreende-se da peça acusatória, transladada às fls. 32/34, que a conduta imputada à paciente corresponde à detenção, juntamente com seu companheiro, de 24 (vinte e quatro) “trouxinhas” de maconha, perfazendo um total de 105g (cento e cinco gramas) da aludida substância, sem que se tenha notícia de qualquer circunstância fática adicional que ultrapasse a descrição típica dos delitos em questão.

Logo, face à inexistência que qualquer circunstância que permita aferir a gravidade concreta da conduta da paciente, além dos elementos já contidos nos tipos penais em que aquela se encontra incurso, é de se concluir, mais uma vez, pela ausência de fundamentação de sua custódia cautelar.

Outrossim, depreende-se dos documentos que instruem o presente *writ*, em especial do comprovante de residência de fl. 71 e das certidões de fls. 72 e 153, que a paciente, além de não possuir antecedentes criminais, tem endereço fixo, o que permite concluir pela cabimento, por ora, da liberdade provisória, a fim de permitir que aquela responda ao presente feito em liberdade, permanecendo, contudo, a ele vinculada.

Nestes termos, considerando que a prisão preventiva da paciente não restou adequadamente fundamentada, bem assim que, *prima facie*, aquela goza de condições pessoais abonadoras, como primariedade e residência fixa, é forçoso concluir pela revogação da aludida custódia cautelar e pela concessão da liberdade provisória em favor daquela, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo e sem prejuízo de outras medidas cautelares que o Juízo *a quo* entenda cabíveis.

Ressalto, por oportuno, que deixo de estender a benesse em comento ao coacusado Fábio Ferreira da Silva, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, em razão de sua prisão preventiva ter sido decretada com respaldo na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 330644-7 – Vara Única da Comarca de Afrânio

notícia de que aquele já praticou outros crimes da mesma espécie, o que restou devidamente evidenciado pelos interrogatórios policiais da paciente (fls. 42/43) e do próprio coacusado (fls. 44/45).

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar, como voto, no sentido da **concessão** da presente ordem de *Habeas corpus*, para fins de revogar a prisão preventiva da paciente e conceder-lhe a liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo e sem prejuízo de outras medidas cautelares que o Juízo *a quo* entenda cabíveis.

Expeça-se o competente **ALVARÁ DE SOLTURA** em prol da paciente, vinculado ao processo em epígrafe, tombado sob o nº 0000574-52.2013.8.17.0120, para que aquela seja posta em liberdade, se por aí não estiver presa.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator convocado